13ª Mostra da Produção Universitária

Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.

INVESTIGANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

BALENTI, Fátima de Castro

MARTINS, Lucas Cardoso

VINAGRE, Juliane

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira(orientador)

fatimabalenti@gmail.com

Evento: Congresso de Iniciação Científica

Área do conhecimento: Educação

Palavras-chave: Administração Educacional; Política Educacional; Educação Infantil

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância – NEPE, vinculado ao Instituto de Educação – IE, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, tem por objetivo investigar as políticas públicas destinadas à Educação Infantil e suas formas de implementação no município do Rio Grande, RS. Considerando as frequentes reformas educacionais, que produziram uma série de documentos orientadores, é imprescindível analisar de que forma o poder executivo tem agido para atender as demandas vindas do legislativo e atentar se estas políticas têm sido efetivadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, o processo de expansão da Educação Infantil, a partir da década de 1980, esteve atrelado às reivindicações dos movimentos sociais e às lutas dos movimentos feministas, bem como às discussões das grandes Conferências Nacionais de Educação, à promulgação da Constituição, em 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente e, posteriormente, em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com a LDB, o trabalho desenvolvido nas creches passa a ser reconhecido como trabalho educativo e estas, juntamente com

a pré-escola, passam a fazer parte da primeira etapa da Educação Básica,

denominada de Educação Infantil. Tais dispositivos legais garantiram o direito à educação, às crianças de 0 a 6 anos e, conseqüentemente, impuseram ao Estado a obrigatoriedade em oferecer instituições, no âmbito do sistema escolar, para essa faixa etária (KISHIMOTO, 1999; CRAIDY, 2001).

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Este estudo é uma pesquisa qualitativa, que buscou através da análise de documentos e da aplicação de questionário com gestores de escolas de Educação

13ª Mostra da Produção Universitária

Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.

Infantil verificar os diferentes contextos que constituem a política educacional para infância.

Para o desenvolvimento da pesquisa, inicialmente foi realizada uma busca no site do Ministério da Educação pelos documentos oficiais que tratam especificamente de políticas públicas destinadas à Educação Infantil entre os anos de 2004 à 2014. A partir do levantamento dos documentos disponibilizados pelo MEC, foram realizadas entrevistas com gestores das dez Escolas Municipais de Educação Infantil da cidade do Rio Grande, com a intenção de verificar se estes documentos chegam na escola e como é feita a apropriação dos mesmos.

Para a aplicação dos questionários, foi agendado com cada uma das 10 instituições de Educação Infantil, um horário para sua realização, os questionários foram aplicados no mês de maio, junho e julho de 2014. Responderam os questionários diretoras, vice-diretoras e coordenadoras das escolas de Educação Infantil.

4 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Os resultados preliminares apontam que a maioria dos documentos que constam no acervo das escolas, foram encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação do município. Destacamos os documentos: “Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil volumes 1 e 2 de 2006”; “Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação de 2006”; “Indicadores de qualidade na Educação Infantil de 2009” e “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2010”, os quais são conhecidos em todas as 10 escolas, sendo discutidos e servindo de subsídio na construção do Projeto Político Pedagógico – PPP das instituições. Porém, chamou-nos atenção o fato do documento “Educação Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos jurídicos, políticos, conceituais de 2012” não ser de conhecimento de todas as escolas. Em que pese, defendemos a necessidade do estudo e discussão dos 12 documentos elencados nesta pesquisa, sendo estes de suma importância nos processos de formação dos professores, na construção do PPP, bem como na efetivação das políticas que eles propõem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas, verificamos importância do poder executivo para a concretização das políticas gestadas pelo MEC. Foi possível perceber que os documentos norteadores da Educação Infantil acompanharam os debates e avanços teóricos da área. Embora haja planejamentos da secretaria municipal da cidade do Rio Grande afim de realizar encontros e disponibilizar os materiais teóricos, é necessário, ainda, intensificar a discussão dos documentos no interior das escolas para melhores resultados e concretização das políticas.

Esperamos com os resultados obtidos com essa pesquisa contribuir com a produção de conhecimentos sobre a realidade da Educação Infantil na cidade do Rio Grande – RS e assim possibilitar novos estudos e subsídios para propostas de políticas públicas municipais voltadas para a educação das crianças de 0 a 6 anos de idade.

REFERÊNCIAS

13ª Mostra da Produção Universitária

Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.

CRAIDY, Carmem Maria. A Educação Infantil e as Novas Definições da Legislação. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAECHER, Gladiz. *Educação Infantil, Pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Política de formação profissional para a educação infantil: pedagogia e normal superior. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 20, n.

69, p. 61---79, 1999. Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a04v2068.pdf

Acesso em 10 de janeiro de 2012.